

DOSSIÊ HISTÓRIA E EMOÇÕES

Apresentação*Edson Silva de Lima (CAPES/UERJ – UEG)**Maycon da Silva Tannis (CNPQ/PUC-Rio)*

O presente dossiê traz autores que refletem sobre a vida das emoções, especialmente as emoções políticas. Pensar sobre as emoções é uma necessidade em tempos em que os instrumentos de mediação do mundo se tornam instáveis por conta das profundas e inexoráveis transformações efetuadas ao longo do primeiro quarto do século XXI. A internet e seus suportes permitem um contato com o mundo da vida (*Lebenswelt*) de um modo nunca antes visto: a saber, antes o maior triunfo da tecnologia era a transmissão de informações para um conjunto massivo de receptores. A mídia composta por conglomerados anunciava a eloquente vitória de ser algo além das mídias de massa. Porém, nesse macrossistema moldado na tensão entre espetáculo (Guy Debord, 2007) e emancipação do espectador (Jacques Rancière, 2008) a função comunicativa das mídias de massa ainda eram limitadas na relação A – Informa – B // B – reage à – A. Esta relação se dava em uma relação espaço temporal alongada e as discussões entravam no espaço público e podiam ser amadurecidas ao longo do tempo. Ainda que existisse uma aceleração promovida pela entrada de tecnologias na comunicação de massa, nada se compara com o vivenciado ao longo do século XXI.

A criação de um espaço que ultrapassa a simples definição do virtual e do ciberespaço, como discutido por Manuel Castells (2009), que empresta parte da elaboração literária de William Gibson em *Neuromancer* (1984), define a internet como aquela que se determina pela ligação e conexão entre todos os computadores, onde se organiza uma espécie paralela de cibercultura, ou ainda a definição mais canônica feita por Pierre Lévy (1997), em que se pensa este espaço como uma imediação societária própria; é esperado um espaço público inclinado à coletivização de opiniões e a formação de um senso específico para seus suportes. Ambas as definições pereceram por uma determinação bastante simples. O que se constituiu com a união dos espaços interativos não foi um espaço comum ou público, mas a realização algorítmica de uma comunidade administrada por oligopólios. Pois em nenhum lugar do mundo o Estado desenvolveu a sua “internet”, isto é, não há consenso de como se deve tratar o digital, nem por parte das ciências, nem na tecnicidade do direito.

A lógica do algoritmo corresponde à vontade de realização do Capital em mais este espaço. Fundamentalmente tudo o que é permitido e pensado nas redes concorre contra um

adversário desleal: o lucro. A mobilização do algoritmo, no entanto, age fora do campo de uma racionalidade estrita e objetiva. Ela parte da comoção pública em termos de microcampos de sujeitos agentes de si mesmo, isto é, como afirmou Byung Chul Han (2019), o indivíduo foi convencido de que sua exploração praticada por si mesmo é melhor que a exploração por outrem, ainda que de modo convergente, os destinos da mais-valia obtida na exploração seja a elite da tecno-burguesia. Disto decorrem formas de controle que não precisam exercer uma argumentação puramente racional ou pautada em empiria, mas a auréola funcional de sua retórica é, inicialmente, emocional.

A emoção permite a contradição. Assim, interesses muitas vezes antagônicos, são simplificados em uma retórica que comove as massas, e por outro lado, tenha em sua agência o extermínio de suas liberdades e direitos, ainda assim, esses discursos encontram base e apoio no mundo da vida. E mais, as emoções proporcionam um efeito imediato de transposição da mobilização política feita no terreno digital, para o mundo da vida. Se a nova e potente internet e seus suportes causaram uma extensibilidade metafísica ao sujeito e às vozes e as vontades desse capital pós-industrial, tal unificação vem sob a forma de controle de um imaginário executado, a partir da mobilização de emoções políticas, educadas a partir de uma retórica falseada é baseada no produto destas emoções incompreendidas.

Em livro recente (O Brasil de Então, agora, 2023) Luiz Costa Lima afirmou que não esperava ver a comprovação de sua teorização a respeito do controle do imaginário em um suporte tão tecnológico. Para o autor de mais de 80 anos, há a possibilidade real de estarmos vivendo uma reafirmação imperiosa do Controle do Imaginário em sua forma mais eficaz e incontornável. Em sua teorização que parte de finais dos anos 1980, Costa Lima empreende um esforço para definir a ambiguidade que existe quando se fala de controle. Para ele, o chamado controle do imaginário se divide entre *controle negativo*, que de modo geral é a própria impossibilidade de compreendermos algo fora do “sentido” estabelecido pela moralidade vigente e o *controle positivo*, uma forma curiosa, pois necessária para a vida. Como somos criaturas carentes de instintos, parte de nosso arcabouço cognitivo não está preparado para uma visão integradora com o “todo”. Dessa forma, o controle positivo age de modo a reduzir as possibilidades de teorização, unificando a experiência racional com a emoção.

Em vista disso, nos atemos somente à primeira experiência: A localização negativa do controle, onde se fixam quadros normativos em relação ao pensamento e à escrita, o que acarreta, além das restrições, uma série de características que transformam o escrito ficcional na própria capacidade de exercer publicamente um pensamento em uma curva previsível e conformista com a realidade. Essa imediação dura de controle é sempre negativa e cerceadora,

mas também, basilar dos imediatos antropológicos da civilização, por vezes exercido de modo direto, como a censura, comum aos regimes ditatoriais, mas também de modo sócio-estrutural. A não teorização é uma forma de controle. Pensar sobre uma sociedade que vive constantemente sob o efeito de comoções políticas baseadas em medo e preconceitos e não pensar sobre o impacto dessas emoções políticas complexas em si mesma, limita a maneira como experimentamos as diversas formações discursivas.

Neste dossiê temos o artigo de Edson Silva de Lima, trazendo uma importante reflexão teórica a respeito do tratamento dado às emoções na História Pública. Apresentamos também as reflexões de Matheus Barrientos sobre a sensibilidade nos olhares jornalísticos que tratam da Revolução Russa de 1917, o artigo de Mayara Jardim empreende uma análise sobre o uso de mídias e a comoção social no campo das direitas políticas. Trazemos também a reflexão sobre emoção e mística feita por Maycon da Silva Tannis em seu artigo sobre Henriqueta Lisboa, o artigo de Almir Marques de Souza Junior nos leva a refletir sobre a questão das emoções na idade média e, por fim Diéssica Costa Silva analisa o papel das emoções no uso das mídias sociais nos movimentos de contestação às eleições e a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2024.

Esperamos que este dossiê não seja apenas uma coletânea de textos, mas que seja, também, um convite, uma provocação à reflexão sobre as muitas possibilidades abertas pelas reflexões que questionam a racionalidade iluminista colocando as emoções como potencialmente avaliativo cognitivas, como assinalado por Martha Nussbaum (2001), isto é, que compreendam que as experiências afetivas nos marcam e nos atravessam histórica e politicamente, que não devem ser vistas como disparate irracional, mas que se alinham a ações politicamente geridas e movimentações apaixonadamente revolucionárias.

Referências

- CASTELLS, Manuel et al. **Mobile communication and society: A global perspective**. Mit Press, 2009.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes, 2015.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. **O Brasil então e agora**. Editora Unesp, 2023.
- NUSSBAUM, Martha C. **Upheavals of thought: The intelligence of emotions**. Cambridge University Press, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.